

Maestría en Historia y
Crítica de la Arquitectura

JORNADAS 2025

Arquitectura y Rebeldía en *América Latina*

**Arquitectura y
Rebeldía en
*América Latina***



Arquitectura y Rebeldía en *América Latina*

1963-1983

Historia y crítica de la arquitectura : jornadas 2025 : arquitectura y rebeldía en América Latina / Jorge Francisco Liernur ... [et al.]. - 1a ed. compendiada. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Universidad Torcuato Di Tella, 2025. 221 p. ; 21 x 15 cm. - (Historia y crítica de la arquitectura - Subserie: Jornadas / Liernur, Jorge Francisco,)

ISBN 978-631-90713-2-0

1. Arquitectura . 2. Historia de la Arquitectura. 3. Arquitectura Moderna . I. Liernur, Jorge Francisco
CDD 720.7

Universidad Torcuato Di Tella

Rector: Juan José Cruces

Vicerrector: Martín Hevia

Directora de estudios: Karina Galperín

Escuela de Arquitectura**y Estudios Urbanos**

Decano: Marcelo Faiden

Carrera de Grado de Arquitectura

Director: Ricardo Fernández Rojas

Escuela de Arquitectura**y Estudios Urbanos**

Directora ejecutiva: Florencia Medina

Maestría en Historia y Crítica de la Arquitectura y la Ciudad

Director: Jorge Francisco Liernur

Archivo Di Tella Arquitectura

Directora: Isabella Moretti

Editorial Di Tella Arquitectura

Director: Fernando Schapochnik

Centro de Estudios de**Arquitectura Contemporánea**

Director: Javier Agustín Rojas

Programa para graduados**Posgrado en Preservación y****Conservación del Patrimonio**

Director: Fabio Grementieri

Programa en Arquitectura del Paisaje

Director: Ignacio Fleurquin

Maestría en Economía Urbana

Directora: Cynthia Goytia

Comité organizador

Jorge Francisco Liernur

(Universidad Torcuato Di Tella)

María Florencia Villanueva

(Universidad Torcuato Di Tella)

Comité Científico

Anahí Ballent

(Universidad de Buenos Aires)

Fernando Pérez Oyarzún

(Pontificia Universidad Católica de Chile)

Patricio del Real

(Harvard University)

Compilación y edición

Jorge Francisco Liernur

Equipo editorial

Fernando Schapochnik (director)

Amanda Gamboa (editora)

Serena Otamendi

Diseño

María Neyra Seva

Corrección

Mariana Bozetti

Emilia Rosa Ghelfi

Índice

13 Arquitectura y rebeldía en América Latina

Experiencias pedagógicas alternativas; de *"todo es política"* a la *"autonomía disciplinar"* 1963-1983

Jorge Francisco Liernur

Parte I. Ponencias invitadas

18 La arquitectura cubana

Pasado, presente y futuro del Primer Encuentro de Estudiantes de 1963

Erica Morawski

30 Arquitectura Nova

Una agenda para la profesión y enseñanza

Carlos Ferreira Martins

52 Arquitectura, política y hábitat en el Taller Total de Córdoba

1970-1975

Juan Sebastián Malecki

72 Televisión y Ciudad Abierta

Alejandro Gabriel Crispiani

82 La experiencia del IAU de Caracas y su reflejo en la enseñanza universitaria 1977-1985

Alberto Sato

100 Refugio y vidriera

Las enseñanzas de arquitectura en La Escuelita

Jonas Delecave

Parte II. Ponencias seleccionadas

- 118 Planes de estudio en la mira**
La Escuela de Arquitectura y Planeamiento de Rosario 1957-1971
María Claudina Blanc
- 144 La Lumpera**
Los arquitectos del PRT-ERP
Martín Di Tomás
- 156 Centro de Estudios del Hábitat**
Arquitectura, pedagogía e investigación durante la Revolución Argentina 1966-1973
Vicente Crivello Ballester
- 168 Espacios de fuga**
La arquitectura en el CAYC 1968-1983
Emilia Couto
- 188 Arquitetos nas periferias**
Subdesenvolvimento, industrialização e autoconstrução em São Paulo a partir de uma escola de arquitetura 1969-1979
João Bittar Fiammenghi
- 206 Proyecto para el Cono Sur: El Instituto Latinoamericano del Entorno**
Un modelo *por* armar 1971
María Soledad Paszkiewicz

Arquitetos nas periferias Subdesenvolvimento, industrialização e autoconstrução em São Paulo a partir de uma escola de arquitetura 1969-1979

João Bittar Fiammenghi

Esta apresentação pretende abordar, a partir das atividades didáticas radicais na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e das posições teóricas de seus docentes e estudantes, interpretações sobre a autoconstrução da moradia popular urbana no contexto do processo brasileiro de industrialização sob o regime militar (1964-1985). Partindo da pesquisa e experiência pedagógica nas periferias paulistanas de Carlos Lemos e Maria Ruth Amaral de Sampaio, nos voltamos para as interpretações de Francisco de Oliveira e Sérgio Ferro acerca da função da autoconstrução e do canteiro de obras no arranjo geral do capitalismo na virada dos anos 1960 para os anos de 1970. Assim, buscamos sublinhar a crítica ao paradigma em torno da industrialização da construção, de um lado, e ao dualismo desenvolvimentista, de outro. Por fim, ao lançar luz na atividade docente de Ermínia Maricato e nos enunciados de Rodrigo Lefèvre em diálogo com os estudantes da FAU-USP ao longo daquela década, procuramos ressaltar as diferenças interpretativas e políticas em torno da autoconstrução, compreendidas como uma virada dinamizada a partir de práticas de ensino naquela escola.

Partimos da constatação de que a divisão ocorrida nas esquerdas brasileiras e seus rebatimentos no campo da arquitetura paulistano já não são novidade historiográfica. Logo antes do período mais violento do regime militar brasileiro (1969-1973), a cisão ocorrida entre arquitetos mais alinhados com a doutrina do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e aqueles que seguiram para luta armada, ia além das estratégias políticas. Esta questão histórica foi suficientemente trabalhada por diversos autores¹, principalmente nas suas apostas

1. Dentre aqueles que abordaram o tema nos últimos trinta anos, vale ressaltar as aproximações de Thomaz 1997; Arantes 2002; Koury 2003.

e modelos de desenvolvimento econômico defendidas por esses profissionais, além, é claro, de seus reflexos no projeto arquitetônico.

Não pretendemos reconstruir essa narrativa que coloca em primeiro plano a divisão entre João Batista Vilanova Artigas (proeminente membro do PCB) e o grupo que se convencionou chamar Arquitetura Nova (Ferro, Lefèvre, que se juntaram à guerrilha, e Flávio Império). Buscaremos olhar através de outro prisma para esse ambiente cultural politicamente engajado durante os anos em que a violência de Estado interrompeu trajetórias de professores e estudantes, adicionando fios à essa trama histórica, seccionando linhas convencionais de continuidade e atando alguns nós ao emaranhado de trajetórias pessoais que foi a arena cultural da FAU-USP.

Tratar da relação dos arquitetos com a autoconstrução e suas leituras das periferias urbanas a partir das práticas pedagógicas encampadas nesta arena paulistana nos anos de 1970 não foi uma escolha fortuita. Mesmo que outras experiências pioneiras em cursos privados de arquitetura recém criados² já enfrentassem tais questões, a FAU foi ponto de convergência de diversos agentes relevantes para a arquitetura brasileira, lugar de formação e legitimação de discursos que moldaram não só o campo disciplinar, mas que também serviram de insumo e base para políticas públicas relacionadas ao trânsito de seus docentes e ex-alunos no Estado.

Nosso ponto de partida se dá sob as tensões do ano de 1969³, quando naquela escola foram debatidas mudanças no ensino após as reestruturações curriculares pensadas em 1968.⁴ Em 1969, os estudantes — representados por Erminia Maricato, então aluna na instituição — questionavam a ideia de um arquiteto profissional liberal, herdeiro da carga histórica das relações mestre-aprendiz presente no ensino beaux-arts ou no próprio ateliê moderno. Cada vez mais, alertavam, ampliava-se a gama de atividades produtivas em que o arquiteto poderia (ou deveria) estar envolvido, idealmente dialogando com as ciências sociais, exatas, a cibernética, a teoria da comunicação e em “profundo contato com a realidade” do Brasil (Conselho do Museu 1969a, 6).

2. Como Santos e São José dos Campos, ver Rocha 2023.

3. Em dezembro de 1968, com o Ato Institucional nº5, a ditadura militar brasileira entra em seu período mais violento. No início de 1969 o novo edifício da FAU-USP é finalizado e Artigas, seu autor, é cassado pelos militares.

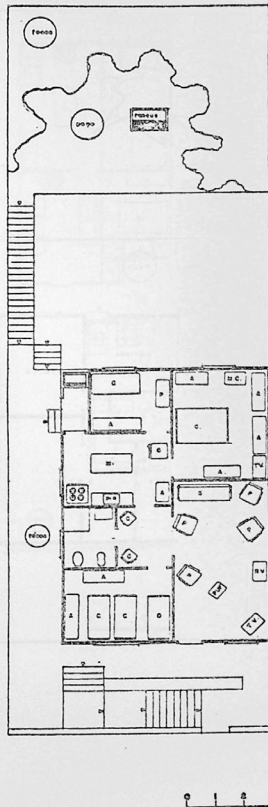
4. Mudanças que dão continuidade aos processos consolidados em 1962 com a reforma de ensino da faculdade onde são criados os departamentos que ainda hoje estruturam a instituição: História e Estética do Projeto; Tecnologia; Projeto. No âmbito dos ateliês de projeto são instituídas disciplinas de Desenho Industrial e Programação Visual. Os balanços do ensino são realizados no fórum de 1968, no ambiente de novas mudanças impostas pela reforma universitária no ensino superior nacional. Com a extinção do regime de cátedras e a instituição de disciplinas optativas os debates em torno do ensino foram bastante ricos, apesar do ambiente repressivo instaurado na USP (Contier 2015).

1. A “descoberta” da casa popular e das relações arcaicas no novo

Efetivamente, desde sua criação em 1948 a FAU contou com viagens de campo em busca da cultura brasileira e suas técnicas tradicionais (Sodré 2010). Docentes como Flávio Motta, da história da arte, estavam interessados no saber fazer popular, em formas inventivas de manipulação dos materiais disponibilizados pelo avanço da produção industrial no país e em hibridismos, evidenciados na cultura material, entre a tradição popular e mercado de massa (Costa 2017). Com o tempo, as próprias dinâmicas de crescimento urbano dessa cidade passaram a ser tematizadas a partir de observações *in loco*, como podemos ver na agenda para o ano letivo de 1970, onde previa-se uma “pesquisa sobre a casa popular na Grande São Paulo” com alunos coordenados pela socióloga Maria Ruth Sampaio (Conselho do Museu 1969b).

A professora se junta ao arquiteto Carlos Lemos, também professor no Departamento de História da FAU, e entre 1970 e 1972 passam a coordenar grupos de alunos que vão a campo levantar informações minuciosas sobre a produção de 1.320 casas autoconstruídas nas periferias da cidade (Lemos e Sampaio [1977] 1984). A pesquisa, publicada no final da década, estava vinculada à disciplina “Habitação popular no Brasil”, oferecida entre 1969 e 1972, onde os estudos de caso dos alunos formavam um extenso universo amostral. Além de ter mobilizado em idas a campo um grande número de estudantes, este trabalho foi fundamental na constituição de novas formas de arquitetos olharem para as periferias urbanas e para a produção do espaço (Arantes 2009; Bortoluci 2016; Aravecchia-Botas e Castro 2024). Consideramos fundamental o entendimento da atuação de Lemos e Sampaio como uma empreitada pedagógica, a qual instaurou práticas de ensino novas no campo arquitetônico local. As centenas de casos recolhidos pelos alunos nos quatro cantos da cidade, eram a base para posterior descrição e análise em sala de aula junto aos docentes (Lemos e Sampaio 1969-1972). A disciplina parece ter, assim, redirecionado parte da agenda de interesses e de pesquisa naquela escola. [Imagem 1]

Ao mesmo tempo em que essas atividades didáticas tomavam corpo na FAU, o sociólogo Francisco de Oliveira ofereceu na escola a disciplina optativa “Desenvolvimento e planejamento” durante o segundo semestre de 1972, mesmos meses da publicação de seu ensaio *Crítica à razão dualista*. Hoje incontornável para caracterização da economia e sociedade brasileiras, o ensaio foi mobilizado em aula ainda estando no prelo (Oliveira 1972). Nele, Oliveira ([1972] 2018) vai na contramão das interpretações dualistas formuladas até então pela Cepal. Partindo da compreensão do subdesenvolvimento como “uma ‘produção’ da expansão do capitalismo” (32), o sociólogo ressaltava o processo real da modernização brasileira como “uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da



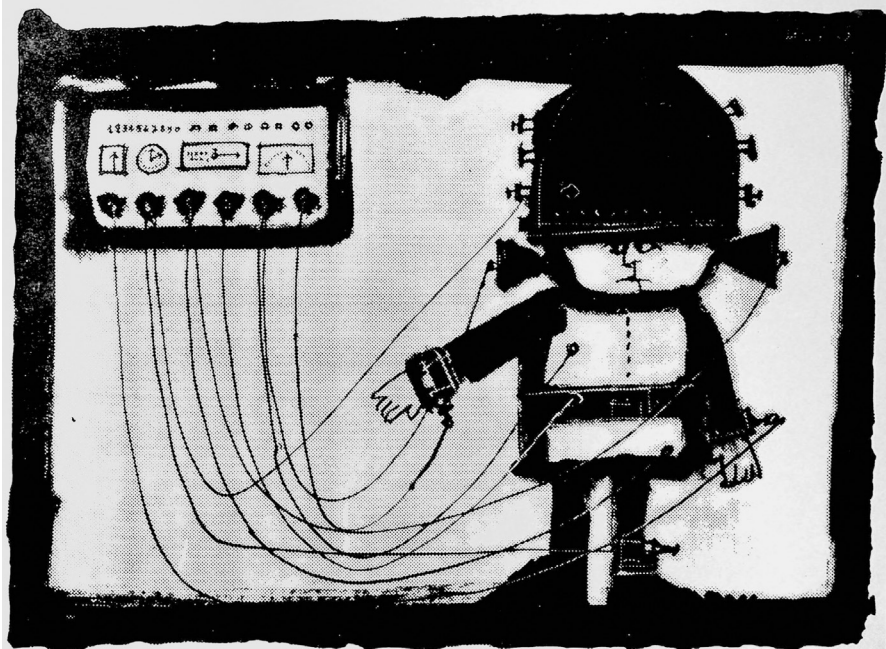
Questionário nº 166
JARDIM MONTE AZUL
Rua G, nº 16

Casa construída com material de loja, pá
go à prestação, feita com a ajuda de fami
liares, a construção continuando até hoje.
Moram na casa 6 pessoas, divididas em 3
cômodos. Não gostaria de morar em aparta
mento pela falta de liberdade. Profissão
do proprietário, mecânico. Outros membros
da família que trabalham: filha, laboratô
rio, filho, indústria plástica.
Renda familiar: Cr.\$1.300,00

Imagem 1

Levantamento da planta de casa autoconstruída na periferia de São Paulo, realizado por estudantes na disciplina ministrada por Carlos Lemos e Maria Ruth Amaral de Sampaio. Pesquisa publicada pela FAU-USP em 1977. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

DESENVOLVIMENTO DO SUBDESENVOLVIMENTO



ANDREW GUNDER FRANK

Imagem 2

Publicação do texto de André Gunder Frank por estudantes da FAU-USP na revista "Ou...", n.3, out./ nov.1970. Não foi possível identificar a autoria da ilustração. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

existência do ‘atrasado’”. Ou seja, nessa visão a oposição entre modernidade e atraso — polos unidos por uma linha evolutiva ascendente — seria apenas formal, demonstrando que “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo”, de forma desigual e combinada (59).

Naquele momento, Oliveira vinha da experiência como docente, entre 1970 e 1972, na recém criada FAU Santos. Ferro e Lefèvre, docentes na FAU-USP, também lecionavam na escola do litoral. Foi a partir desse contato com os arquitetos, que visitavam as favelas santistas com seus alunos, que a tese da *Crítica à razão dualista* começa a ser formulada a partir da observação de que “a industrialização estava se fazendo, com base na autoconstrução, como um modo de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho” (Oliveira 2006, 68). Além desse contato santista, não podemos desconsiderar a atuação de Oliveira no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), fundado em 1969, onde também atuavam Gabriel Bolaffi e Juarez Brandão Lopes, sociólogos e docentes da FAU.

Fato é que este debate, crítico ao dualismo cepalino, isebiano e comunista, parece ter sido pautado nos interesses estudantis antes mesmo do curso de Oliveira. De certo, os estudantes envolvidos na publicação do terceiro volume da revista *Ou...*⁵ dialogavam com seus professores. No fim de 1970, discutem o tema “tecnologia e desenvolvimento” e se perguntavam se a “tecnologia desenvolvida nos países industrializados” também serviria “para nossa situação” (*Ou...* 1970, s.p.). Os estudantes mobilizavam para tal trabalhos recentes de Paul Singer sobre desenvolvimento econômico, de Roberto Segre sobre a arquitetura cubana após a revolução de 1959 e as experimentações com sistemas construtivos pré-fabricados e de André Gunder Frank. Chama atenção a circulação e tradução de um dos ensaios fundantes da teoria da dependência, *Desenvolvimento do subdesenvolvimento*, de Frank, publicado quatro anos antes (Rosso e Seabra 2016). Nele, o sociólogo alemão caracteriza a expansão do capital como um único processo histórico de abrangência global, onde não encontraríamos a dualidade entre um polo feudal/pré-capitalista — superável — que se transformaria de forma linear em outro polo moderno/desenvolvido: ambos, satélites e metrópoles, seriam gerados simultaneamente, permanecendo em mutável relação de interdependência (Frank 1966). [Imagem 2]

5. Revista estudantil da FAU-USP que circulou em 1970 e 1971. O periódico é uma reação à outra publicação estudantil, a revista *Desenho*, homenagem à Artigas e sua aula inaugural de 1967, “O desenho”. *Desenho* (intenção, projeto como ferramenta do arquiteto frente aos problemas políticos e sociais), *Ou...* uma alternativa mais crítica, fundamentação teórica do debate, resistência política por outros meios? (Dedecca e Sodré 2012, 182-184).

2. Arquitetura como processo de produção

Se a intenção dos estudantes ao traduzirem e circularem a tese de Frank, parece ter sido a de situar o lugar do Brasil nas constelações do sistema capitalista, foi Sérgio Ferro quem naquele mesmo momento mobilizou a obra de Frank em seu ensaio *A casa popular*⁶ para explicar o “arcaico” processo de produção da casa no Brasil, relacionando o lugar de satélite com as áreas de produção ditas “atrasadas”. Segundo Ferro ([1972] 2006, 99), estava estabelecida uma relação em que “indústria (automobilística) ‘nacional’ está para a indústria metropolitana assim como a construção civil está para a indústria (automobilística) ‘nacional’”. Desse modo, o mais-valor (trabalho não pago), “produzido na construção civil e em outros setores atrasados da produção (agricultura, por exemplo)” seria parte basilar e necessária da expansão dos setores (metropolitanos, mesmo que no Brasil) de ponta da produção. Se o valor só é gerado pelo trabalho humano, o canteiro de obras — “atrasado”, onde é mobilizada grande massa de trabalho — é fundamental para enorme produção da massa mais-valor, segurando a queda tendencial da taxa de lucro estimulada pelas zonas mais industrializadas do sistema (86). As sincronias entre a circulação da obra de Frank na FAU e as formulações de Ferro nos relembram que ambos os autores participaram, no início da década, de seminários acadêmicos de leitura d’*O Capital*.⁷

Esta leitura atenta da obra de Marx levaria Ferro a formular a tese de que o canteiro de obras seria definido essencialmente por uma manufatura — em grande parte orgânica — e assim permaneceria dada sua inserção específica na totalidade da economia. Não devemos perder de vista, contudo, que a industrialização da construção civil era um paradigma que orientava distintas vertentes da arquitetura brasileira após a construção de Brasília e que o ambiente da FAU-USP mostrava-se engajado com a questão (Gaspar 2016). Nos interessa, entretanto, ressaltar essas vozes dissonantes no coro que via como possibilidade real os processos que apontavam para a industrialização do canteiro.

Em outubro de 1969, Ferro apresenta uma ideia mais bem acabada de seu questionamento ao paradigma da industrialização da construção que vinha sendo formulado desde o início da década.⁸ No relatório de 1969⁹ — na verda-

6. Elaborado a partir de 1969 e publicado pelos estudantes como “A casa popular” em 1972, foi rebatizado como “A produção da casa no Brasil” em 2006.

7. Sobre o seminário paulistano ver Rodrigues 2011. Frank lecionou na Universidade de Brasília (UnB) entre 1963 e 1964 onde participou do grupo de leitura da obra de Marx conjuntamente com outros acadêmicos que viam a desenvolver a teoria da dependência, como Ruy Mauro Marini e Vânia Bambirra (Rosso e Seabra 2016).

8. Ver: Ferro e Lefèvre 1963 (texto publicado pelos estudantes).

9. Assinado em 14 de outubro de 1969 por Ferro e por Nestor Goulart, à época diretor do Departamento de História da FAU. Este documento ainda não foi analisado na historiografia que trata da Arquitetura Nova.

de um programa com hipóteses iniciais de pesquisa — é constatado que seria “necessário definir com rigor científico as características específicas da manufatura serial [orgânica] no caso da construção civil” e quais seriam “as implicações desse processo de produção no conjunto da economia brasileira” (Seção de Expediente 1969, 107). Essa agenda de pesquisa proposta por Ferro se baseava em um estudo minucioso das reais condicionantes da construção, visto que os arquitetos teriam “pouco conhecimento das implicações internas do processo manufatureiro e (...) vive[riam] na expectativa de uma industrialização que fantasia[m] com cores de utopia (...)”. Para Ferro, essas “prefigurações mágicas e cenográficas de industrialização” (...) comporiam naquele momento “a ideologia da arquitetura no Brasil” e deveriam ser objeto de pesquisas acadêmicas e sua crítica ser introduzida sistematicamente no ensino (108-110).

Fato é que o arquiteto dá início a essa nova agenda de ensino entre o segundo semestre de 1968 e o fim de 1970, quando é preso junto com seu amigo e colega de trabalho na FAU e na prancheta, Rodrigo Lefèvre.¹⁰ A disciplina formulada por Ferro — “Arquitetura como processo de produção” em 1968 e “Arquitetura e produção”, nos dois anos seguintes — percorria os “problemas da arquitetura relacionados com a produção e mercantilização da construção civil;” as relações de trabalho na construção civil e suas consequências para a arquitetura; “problemas da industrialização da construção civil; a mercantilização e a padronização;” e “a posição e atitude de classe na arquitetura” (Ferro 1969, s.p.). A correspondência de tais tópicos com os problemas formulados na obra escrita de Ferro nos anos seguintes reforça e comprova que esses desdobramentos teóricos têm seus alicerces na sala de aula, onde depurava suas hipóteses como professor.

3. A indústria e a casa autoconstruída

Esses três fios que correm paralelos, de Ferro, Oliveira e Lemos e Sampaio, ficam emaranhados em certo ponto por uma quarta linha: a atuação de Ermínia Maricato¹¹ no início de sua carreira como professora, entre 1974 e 1979, ao lecionar Desenho Industrial no Departamento de Projeto da FAU. Ali, suas experiências pedagógicas parecem dar continuidade tanto às bases práticas e empíricas de Lemos e Sampaio quanto àquelas teórico-críticas de Oliveira e Ferro. Entretanto, esta é uma continuidade peculiar. Ela se dá a partir das relações entre estudos críticos do design com análise da produção da cidade. Junto

10. Vale ressaltar que Ferro cita a possibilidade da construção de hipóteses para “doutoramento” a partir deste programa de pesquisa. Seu exílio na França se dá a partir de 1972, quando sai da prisão.

11. Maricato (1947-) formou-se na FAU-USP em 1971, onde foi uma colaboradora ativa da revista *Ou...* Participou dos governos do Partido dos Trabalhadores em São Paulo (1989-1992) e Federal (2002).

a Yvonne Mautner, Telmo Pamplona e Percival Brosig, Maricato olhava não só para o espaço produzido pelos processos de industrialização em geral, e sua dependência da autoconstrução, mas também para como isso se refletia na escala da construção da casa e do consumo de bens industrializados por esses produtores/moradores, em sua grande parte, operários da própria indústria.

Em 1975 Maricato e Pamplona realizam na disciplina obrigatória de desenho industrial uma pesquisa de campo em 220 domicílios de Osasco — um dos municípios mais industrializados da grande São Paulo, o qual contava com grande contingente de migrantes e habitantes ocupados na indústria, além de ter farta disponibilidade de pequenos lotes à venda por baixo custo. O objetivo mais imediato da disciplina era “fundamentar a atividade de projeto de Desenho Industrial no ateliê, voltada ao que podemos chamar aqui genericamente de necessidades populares”. Para tal, os docentes basearam-se em levantamento realizado pelos estudantes, incluindo questionários de dados sócio-econômicos, caracterização das casas autoconstruídas, desenho de suas plantas, suas condições materiais, a análise dos gastos domésticos, relação de mobiliário e equipamentos, além de fotografias em várias escalas: conjunto de casas, ruas, casa, interior com o arranjo dos objetos, detalhes e ornamentos (Maricato e Pamplona 1977, 13).¹² [Imagem 3]

Entretanto, os resultados da incursão — publicados como *Penetração dos bens “modernos” na habitação proletária* — parecem ter se detido mais ao âmbito da análise dos padrões de consumo e arranjos espaciais das casas autoconstruídas do que nas propostas de projeto que a pesquisa propunha ser subsídio. Constatava-se que, apesar da precariedade dos espaços analisados, as casas eram bem equipadas (Maricato e Pamplona 1977, 16) e concluía-se que o consumo desses bens modernos encontrava-se ligado “à ideia de modernidade, de avanço tecnológico” e estava combinado à habitação construída pelos próprios moradores, esta sem nenhuma inovação técnica (27, 31), convivendo com condições de extrema precariedade material, em um “ambiente hétero-determinado e produzido” (37). [Imagem 4]

Em paralelo à pesquisa de desenho industrial, Maricato desenvolve essas questões no documentário *Fim de semana* (1976), dirigido por Renato Tapajós.¹³ O argumento do filme reiterava que o salário pago ao trabalhador não permitia sua entrada no mercado formal de habitação e, conseqüentemente, a provisão habitacional se dava através de um sobretrabalho. A construção de

12. A experiência da disciplina é repetida nos anos seguintes, conforme ementas depositadas no arquivo do Departamento de Projeto da FAU-USP (AUP).

13. Ver análise do filme realizada por Aravecchia-Botas e Castro 2024.

1980
12/2/1980

PROPOSTA: PROJETO DE MOBILIÁRIO DA "HABITAÇÃO POPULAR"

Elaborar projeto de um objeto ou conjunto, ou sistema de objetos do mobiliário ou mesmo do equipamento da habitação levando em consideração os seguintes itens levantados na pesquisa domiciliar em Osasco:

- poder aquisitivo, capacidade de endividamento da população pesquisada;
- nível de instrução, costumes, valores, usos, anseios e necessidades reais;
- área de habitação, e formas de utilização; densidade domiciliar;
- elenco de mobiliário observado, suas características: dimensões, funções, usos, distribuição e relações com o espaço da habitação.

A proposta deverá se fundamentar na análise e identificação dos problemas e necessidades observados pela equipe durante a pesquisa de campo.

Paralelamente, para alimentar o processo de projeção, deverão ser coletados os recursos:

- 1) das experiências anteriores de desenho na área do mobiliário de baixo custo p/ habitação para que se aproveite o conhecimento acumulado;
- 2) do setor de produção de móveis p/habitação. Os diferentes processos: artesanal, manufatura ou grande indústria (portanto tecnologia), os materiais utilizados, desenho e mercado consumidor.

São permitidas propostas diferentes dessa, desde que a equipe formule a objetivamente através de uma fundamentação e programa de trabalho que chegue a um produto final até o dia 21/11/75, quando deverão ser entregues todos os trabalhos para ex posição e discussão.

OBJETIVOS DO TRABALHO

É intenção que, antes de mais nada o estudante aprenda a formular e resolver problemas relativos à arquitetura (e ao desenho industrial especificamente) e não torná-lo um profissional especializado em Desenho Industrial.

Procura-se assegurar uma formação ampla que além de dar subsídios para a solução de um problema (projeto) particular, possibilite seu relacionamento com suas causas, necessidade que o geraram e seu contexto de inserção. (formação científica).

Por outro lado, se se aceita que a realidade não é estática, o ensino deve desenvolver a capacidade de resposta, o salto criativo que gera, as formas adequadas a cada diferente momento histórico, evitando que o estudante se torne um (talvez brilhante, bem sucedido e bem pago) repetidor de modelos, estilos e fórmulas, estranhos à nossa cultura ou aos interesses da grande maioria dos usuários.

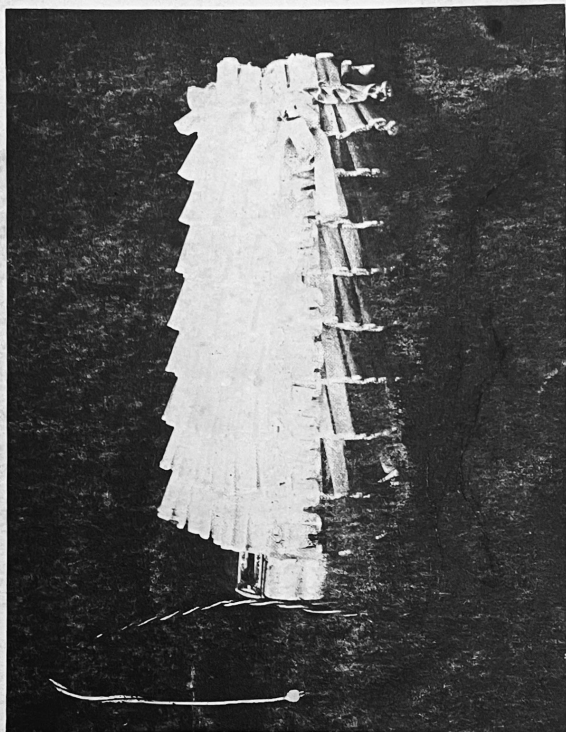
São Paulo, 6 de outubro de 1975

Profs.: Erminia Teresinha Menon Maricato
Percival Brosig
Telmo Luiz Pamplona

Imagem 3

Programa conjunto das disciplinas oferecidas por Maricato, Pamplona e Brosig, no segundo semestre de 1975 (unificação de duas disciplinas obrigatórias: "Programação do projeto do produto" AUP 402 e "Teoria da fabricação do planejamento ao consumo" AUP 404). A temática proposta sobre o mobiliário da habitação popular foi desenvolvida nos anos seguintes até 1979 em uma nova disciplina optativa "Estudo do objeto produzido industrialmente e de suas formas de produção e consumo" AUP 409, ministrada pelos três docentes. Mautner, Walter Ono e Ronaldo Duschenes também participaram no oferecimento da disciplina. Acervo do Departamento de Projeto da FAU-USP.

***a penetração
dos bens "modernos"
na habitação proletária***



**ERMÍNIA MARICATO
TELMO PAMPLONA**

***colaboração:
alq. Percival Brosig e alunos da FAUUSP***

Imagem 4

Capa da publicação pesquisa (1977) realizada a partir da disciplina ministrada por Maricato, Pamplona e Brosig em 1975. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

sua casa e infraestrutura do bairro ocorria aos fins de semana. O crescente setor industrial estaria combinado com a subsistência: os mutirões presentes na expansão urbana das grandes metrópoles brasileiras, forma de cooperação que se casava com a expansão do capitalismo, estimularia a própria depressão dos salários que não chegavam a cobrir os custos de reprodução da força de trabalho (Oliveira [1972] 2018, 59; Ferro [1972] 2006, 66).

Na verdade, após a pesquisa iniciada no âmbito didático na FAU-USP, Maricato também ressaltava os problemas da autoconstrução, fruto das restrições materiais de seus produtores e da repetição das técnicas mais convencionais. Em conferência na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — posteriormente publicada no livro organizado pela arquiteta (Maricato 1979) — a dita “arquitetura possível”, título de sua intervenção, parece se apresentar não no sentido de possibilidade desejada ou como alternativa, mas sim como única possibilidade concreta frente às restrições encontradas naquele contexto periférico. Se isso era o possível — e, inclusive, se o Estado conservador já reconhecia o fato e começava a encampar tal regime de produção em sua política habitacional oficial — os arquitetos deveriam estar preparados tecnicamente para assessorar esses produtores, atuando *a partir* dessa “arquitetura” (Maricato 1976, 17). Nesse sentido, mesmo se os reais desafios técnicos da autoconstrução fossem enfrentados de perto através de pesquisa tecnológica e da racionalização da construção, não deveríamos perder de vista — e aqui vemos claramente ecos de Ferro — que a democratização do acesso à habitação não se daria simplesmente por sua industrialização..

Para a professora da FAU, o mutirão presente na autoconstrução seria uma forma de solidariedade forçada, uma determinante para a sobrevivência, onde não haveria um “contato desalienante” dos produtores com o produto (Maricato 1979, 72). Maricato descartava, assim, interpretações de certa cultura da pobreza ou da ideia de marginalidade nesse contexto. Sua leitura pretendia *desmistificar* “o conceito de mutirão urbano e a autoconstrução” como formas “criativas de expressão popular” (A construção São Paulo 1976, 16)¹⁴, postulando que ia de encontro às leituras de Ferro da produção da casa autoconstruída (iniciada em *A casa popular*) e à interpretação de Oliveira sobre o lugar da autoconstrução no arranjo geral da expansão do capital.

A ida a campo com os alunos de arquitetura no curso de desenho industrial foi a base para a *Fim de semana* e *Autoconstrução: a arquitetura possível*. O estudo de caso é praticamente o mesmo, o Jardim d’Ávila em Osasco, somado a loteamentos em São Bernardo do Campo. A repercussão do documentário,

14. Reportagem com trechos de entrevista com Maricato.

arriscamos dizer, marcou uma virada disciplinar, ao menos no ambiente paulistano, escancarando o desejo de maior atuação política entre os arquitetos. Sua rápida circulação em praticamente todas as faculdades de arquitetura paulistas, “na Escola Politécnica e na Faculdade de Economia e Administração da USP”, em museus — “quando atraiu um público muito diversificado” — “em órgãos vinculados à habitação e entidades de classe”, nos faz reconhecer a relevância e recepção do tema naquele momento. Associações de bairro e entidades de outros estados também solicitavam no mesmo ano de lançamento a exibição do documentário, apontando para uma circulação bastante além dos círculos acadêmicos (A construção São Paulo 1976, 16). [Imagem 5.1, 5.2, 5.3 y 5.4]

4. Um quinto fio na trama

Entre as publicações de *A arquitetura possível* (1976 e 1979), Maricato realiza um segundo documentário, *Loteamento clandestino* (1978), onde o tom narrativo sobre a autoconstrução nas periferias parece apontar para uma direção mais otimista (Aravecchia-Botas e Castro 2024). O regime de mutirão na autoconstrução passava a ser interpretado como agregador e organizador desse segmento (majoritário) da sociedade, conscientizando-o para reivindicar melhorias nos loteamentos periféricos com pouca presença do Estado. Fato é que, no ambiente da FAU-USP, tal viés interpretativo pode ser reconhecido desde o início da década de 1970.

A autoconstrução como horizonte de produção habitacional foi analisada criticamente por alguns estudantes que viam com certo otimismo o regime de cooperação no trabalho presente nos mutirões — a solidariedade não seria totalmente forçada. Ao publicarem na revista *Ou...* um artigo de Rodrigo Lefèvre sobre seu projeto para a residência do professor Juarez Brandão Lopes, eles marcam uma posição que parece se afirmar no campo disciplinar mais adiante, durante o processo de redemocratização do país ao longo dos anos de 1980. Neste ensaio de 1971, Lefèvre testa as hipóteses para sua dissertação que seria concluída dez anos depois. Em seu mestrado, o arquiteto discorre sobre a produção de habitação popular, autoconstruída, em larga escala, a partir de uma investigação sobre a dimensão da utopia na formação emancipatória dos trabalhadores do canteiro (Lefèvre 1981; Marques 2022). No texto publicado pelos estudantes, Lefèvre (1971, s.p.) defende que esse processo em si poderia ser um potente transformador social se tornado “ajuda-mútua”, um “modelo de produção” que deveria “fazer dos construtores e dos usuários, colaboradores”. [Imagem 6]

Não teríamos espaço para desenvolver sua argumentação, mas vale levantar a hipótese de que sua recepção no ambiente estudantil da faculdade e seu desenvolvimento ao longo da década de 1970 nos coloca um cenário onde duas



5.1



5.2



5.3



5.4

Imagem 5.1, 5.2, 5.3 y 5.4

Cenas do filme Fim de semana que tratam do processo da autoconstrução nas periferias urbanas da Grande São Paulo. Documentário dirigido por Renato Tapajós com argumento e idealização de Erminia Maricato. Acesso livre na página oficial de Erminia Maricato: <https://erminiamaricato.wordpress.com/producao/filmes/> acesso em 19 de junho de 2025.

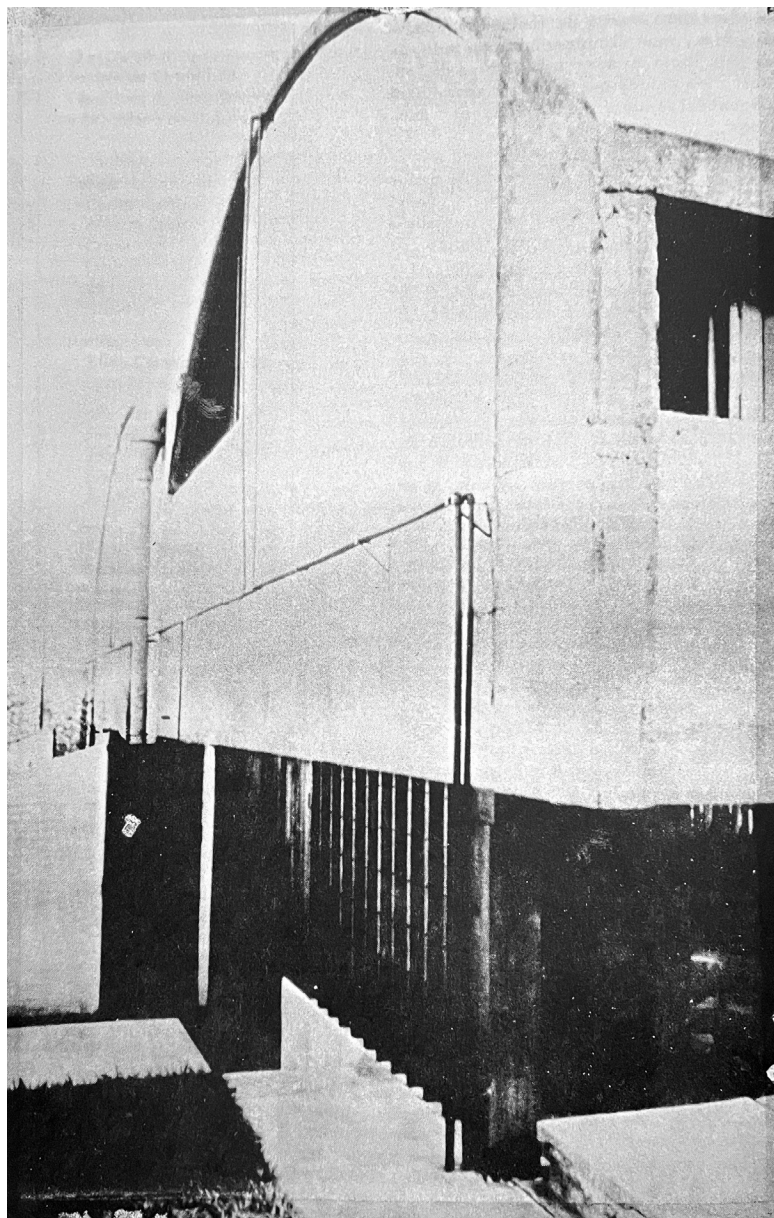


Imagem 6

Capa do texto sobre a residência Juarez Brandão Lopes, projetada por Rodrigo Lefèvre e Flávio Império. Publicado por estudantes da FAU-USP na revista "Ou...", n.4, jun.1971. Não foi possível identificar a autoria da foto. Acervo da Biblioteca da FAU-USP.

vertentes de interpretações sobre a autoconstrução coexistiam: uma negativa e outra positiva. Esse quinto fio, positivo, aparenta ser mais escorregadio e independente do emaranhado de Lemos e Sampaio, Ferro, Oliveira e Maricato, apesar da proximidade de seus agentes.

Esse fio estava apenas aparentemente solto. Após sua prisão pelos militares, Lefèvre voltou para a FAU entre 1977 e 1981. Nesse intervalo, em 1977 e 1978, lecionou ao lado de Maricato uma disciplina introdutória de projeto, unificando os estúdios de projeto de edificações e de desenho industrial. Por um lado, mais do que uma aposta no desenvolvimento nacional esperado, ou por outro, a reiteração da autonomia semântica do desenho — ambos comuns nas escolas de arquitetura — este estúdio propunha um projeto a partir das necessidades específicas de bairros periféricos paulistanos, das possibilidades produtivas e tecnológicas reais dos locais selecionados, priorizando o diálogo com o grupo de usuários e possíveis produtores do objeto edificado (Lefèvre et al. 1977). Essas novas aproximações pedagógicas à produção edificada nas periferias urbanas talvez não tenham chegado a modificar sistematicamente o ensino universitário de arquitetura no país, mas de certo remodelaram os entendimentos atuais sobre a forma de produção majoritária das cidades brasileiras.

Se a autoconstrução era vista “desmistificada” pela somatória de interpretações marxistas radicais do processo brasileiro de industrialização/modernização, fruto da observação da produção da habitação em loteamentos periféricos e interpretação sociológica de seus produtores; esta também ganhava dimensões pedagógicas, desalienantes e democratizantes — numa perspectiva freiriana — se posta em termos autogestionários ou em uma perspectiva (utopicamente) socialista, como projetou Lefèvre em sua dissertação.

Ainda assim não devemos perder de vista que a hegemonia no ambiente da FAU, até pelo menos 1979, parece ser distinta dos desdobramentos engajados do meio arquitetônico com a produção autoconstruída de habitação popular no seu corolário durante a gestão petista de Luiza Erundina (1989-1992) com as assessorias técnicas de arquitetos em mutirões — até hoje paradigma progressista do campo disciplinar brasileiro, inclusive no âmbito do ensino. Por outro lado, não houve, como vimos, um salto entre a posição teórica de Maricato — nutrida pelas interpretações de Ferro e Oliveira e desenvolvida em meados dos anos 70 — e os caminhos da política progressista de habitação no Brasil em redemocratização na década de 1980. Havia uma “quinta linha”, paralela, que percorria os mesmos espaços didáticos da FAU-USP e que propunha algo distinto. Nessa perspectiva, uma virada abrupta (e aparentemente inexplicável) do sobretrabalho à emancipação pode ganhar contornos interpretativos mais matizados. ♦

Referências

- Arantes, Pedro. 2002. *Arquitetura nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34.
- Arantes, Pedro. 2009. "Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970". *Novos Estudos CEBRAP* 83 v.28: 103-127.
- Aravecchia-Botas, Nilce e Ana Claudia Veiga de Castro. 2024. "Fim de Semana e Loteamento Clandestino: aproximações ao universo da habitação popular em São Paulo (1970-1990)". *RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura* 11: 114-141.
- Bortoluci, José Henrique. 2016. "A descoberta do viver periférico: articulações do popular na arquitetura paulista". *Novos estudos CEBRAP* 35 n.3: 31-50.
- Conselho do Museu. 1969a. "Ata da 2ª sessão plenária do Fórum/69/FAUUSP". Em *Fórum 69: documentos e conclusões*.
- Conselho do Museu. 1969b. "Anexo 1 - 'orçamento-programa'". Em *Documento sem título* (no relatório do fórum de ensino de 1969 - FAU-USP).
- A Construção São Paulo. 27 set.1976. "Causas e consequências da autoconstrução na Grande SP". *A Construção São Paulo* 29 n.1494: 14-23.
- Contier, Felipe de Araújo. 2015. "O edifício da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Cidade Universitária: projeto e construção da escola de Vila nova Artigas". Tese de doutorado. IAU-USP.
- Costa, Juliana Braga. 2017. "História, arte e arquitetura: Flávio Motta e o ensino como ofício". Tese de doutorado. FAU-USP.
- Dedecca, Paula e João C. de A. Sodré. 2012. "Cultura e política nas publicações dos estudantes da FAU-USP (1950-1972)". Em *História e cultura estudantil: Revistas na USP*, editado por José Lira, 162-185. São Paulo: Edusp.
- Ferro, Sérgio e Rodrigo Lefèvre. 1963. "Proposta inicial para um debate". *Encontros GFAU* 63. São Paulo: FAU-USP.
- Ferro, Sérgio. 1969. "Arquitetura e produção" (programa para a disciplina). *Arquivo do AUH*. FAU-USP.
- Ferro, Sérgio. (1972) 2006. "A produção da casa no Brasil". Em *Arquitetura e trabalho livre*, editado por Pedro Arantes, 61-104. São Paulo: Cosacnaify.
- Frank, André Gunder. 1966. "The Development of the Underdevelopment". *Monthly Review* 18 n.4: 17-31.
- Gaspar, Natália Maria. 2016. "O debate sobre a industrialização da arquitetura na FAUUSP durante as décadas de 1950 e 1960". Dissertação de mestrado. FAU-USP.
- Koury, Ana Paula. 2003. *Grupo Arquitetura Nova: Flávio Império, Rodrigo Lefèvre e Sérgio Ferro*. São Paulo: Romano Guerra /Edusp.
- Lefèvre, Rodrigo. 1971. "Casa do Juarez". *Ou...* 4: s./p.
- Lefèvre, Rodrigo et al. 1977. "Introdução ao projeto / Meios de expressão e representação (introdução ao desenho industrial)" (programa para a disciplina). *Arquivo AUP*. FAU-USP.
- Lefèvre, Rodrigo. 1981. "Projeto de um acampamento de obra: uma utopia". Dissertação de mestrado. FAU-USP.

- Lemos, Carlos e Maria Ruth A. de Sampaio. 1969-1972. "Habitação popular no Brasil" (programas para a disciplina). *Arquivo do AUH*. FAU-USP.
- Lemos, Carlos e Maria Ruth A. de Sampaio. (1977) 1984. *Habitação popular paulistana auto-construída*. São Paulo: FAU-USP.
- Maricato, Ermínia. 1976. "Autoconstrução: a arquitetura possível". Conferência realizada na 28ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência em Brasília.
- Maricato, Ermínia e Telmo Pamplona. 1977. *A penetração dos bens "modernos" na habitação proletária: Estudo do caso Osasco na Região da Grande São Paulo*. São Paulo: FAU-USP.
- Maricato, Ermínia. 1979. "Autoconstrução, a arquitetura possível". Em *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, editado por Ermínia Maricato, 71-94. São Paulo: Alfa-ômega.
- Marques, Ana Carolina B. A. 2022. "Rodrigo Lefèvre e o acampamento de obra: uma utopia". Dissertação de mestrado. USJT.
- Oliveira, Francisco de. 1972. *AUH-503 Desenvolvimento e planejamento* (programa da disciplina). Arquivo do AUH. FAU-USP.
- Oliveira, Francisco de. (1972) 2018. "Crítica à razão dualista". Em *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*, 25-107. São Paulo: Boitempo.
- Oliveira, Francisco de. 2006. "O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil". *Novos Estudos CEBRAP* 74: 67-85.
- Ou.... 1970. "Apresentação". *Ou...* 3: s.p.
- Rocha, Victor Pacheco. 2023. "Ensino de arquitetura: perspectivas políticas em disputa". TCC. Escola da Cidade.
- Rodrigues, Lidiane Soares. 2011. "A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário'". Tese de doutorado. FFLCH-USP.
- Rosso, Sadi Dal e Raphael Lana Seabra. 2016. "A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília". *Revista Sociedade e Estado* 31: 1029-1050.
- Seção de Expediente. 1969. "Relatório para pedido de docência em tempo integral". *Processo 63.1.2448.1.1* / caixa 764-16 / fls.105-110. FAU-USP.
- Sodré, João C. de A. 2010. "Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil (1938-1962)". Dissertação de mestrado. FAU-USP.
- Thomaz, Dalva. 1997. "Um olhar sobre Vilanova Artigas e sua contribuição à arquitetura brasileira". Dissertação de mestrado. FAU-USP.



Este libro se terminó de imprimir en Talleres Gráficos Porter en el mes de
Septiembre de 2025 en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina.

Arquitectura y Rebeldía en América Latina

La rebelión estudiantil de los años sesenta y setenta conmovió estructuras también en el ámbito de la arquitectura. La edición de estas Jornadas está ligada a experiencias que tuvieron lugar en América Latina en el período entre el Primer Congreso Internacional de Estudiantes de Arquitectura de 1963, organizado por la UIA en La Habana, y la conclusión de la experiencia de La Escuelita en Buenos Aires en 1983. Durante estos años el cuestionamiento a las formas institucionalizadas de la enseñanza de la arquitectura tuvo características diferentes: el ciclo de cuestionamientos al statu quo de la profesión y sus formas oficiales de enseñanza adquirió fuerza en buena medida como consecuencia de la Revolución Cubana y, con frecuencia estimuló una colocación “alternativa” respecto de las estructuras oficiales en el marco de regímenes dictatoriales. Con el tiempo el impulso de esos años encontró límites externos y dentro de sus propias premisas, y la rebeldía se dirigió hacia las estructuras mismas de la arquitectura y en particular hacia los principios modernistas hasta entonces incuestionados. Sobre este período de distintos y a veces opuestos cuestionamientos y transformaciones ponen el foco los ensayos que aquí se presentan.

ISBN 978-631-90713-2-0



João Bittar Fiammenghi ♦ María Claudina Blanc ♦ Emilia Couto
Alejandro Gabriel Crispiani ♦ Vicente Crivello Ballester ♦ Jonas Delecave
Martín Di Tomás ♦ Carlos Ferreira Martins ♦ Juan Sebastián Malecki ♦ Erica Morawski
María Soledad Paszkiewicz ♦ Alberto Sato ♦ Edición de Jorge Francisco Liernur